



**INSTITUTO DE HUMANIDADES -IH  
CURSO DE GRADUAÇÃO DE BACHARELADO EM  
HUMANIDADES**

**JARDEL SOUSA INÁCIO**

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE VILA DE FÁTIMA (PACOTI-CE):  
INVENTÁRIO PARTICIPATIVO, SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DAS  
CULTURAS POPULARES**

**ACARAPE**

**2021**

JARDEL SOUSA INÁCIO

**PATRIMÔNIO CULTURAL DE VILA DE FÁTIMA (PACOTI-CE):  
INVENTÁRIO PARTICIPATIVO, SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DAS  
CULTURAS POPULARES**

Projeto de Pesquisa apresentado à Banca Examinadora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Bruno Goulart Machado Silva

Acarape  
2021

JARDEL SOUSA INÁCIO

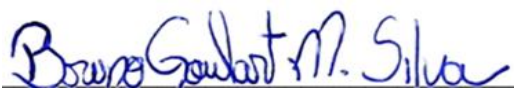
**PATRIMÔNIO CULTURAL DE VILA DE FÁTIMA (PACOTI-CE):  
INVENTÁRIO PARTICIPATIVO, SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DAS  
CULTURAS POPULARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Aprovado em: 09/04/2021

Nota: 10,0

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Bruno Goulart (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Prof. Dr. Igor Monteiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Prof. Dr. Ricardo Nascimento

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por sempre estar presente nos momentos mais difíceis que passei, sempre me ajudando e me dando forças para continuar independente das circunstâncias.

Em segundo lugar, agradeço ao professor Dr. Bruno Goulart, pela imensa dedicação e apoio a este trabalho, tendo que dedicar inúmeras leituras para essa pesquisa sempre com objetivo de ajudar e orientar os rumos certos a se seguir, nesse projeto.

Em terceiro lugar, agradeço a minha querida e amada noiva Francisca Sousa, por me ajudar e me aconselhar em todas as decisões que eu tomei, se tornando um pilar e uma das principais ajudantes desse projeto diretamente e indiretamente, tanto na disponibilidade em ler o presente manuscrito, como em tirar fotos, aconselhar e viver esse projeto.

Agradeço a minha mãe e outros familiares por terem me apoiado, ao tão sonhado primeiro diploma da família que está prestes a chegar. Além disso, agradeço a belíssima e cativante comunidade de Vila de Fátima, por me acolher e desfrutar comigo de cada etapa e vivência desse projeto, sem eles nada disso seria possível.

E por fim, agradeço a Universidade da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB, pelo seu projeto de interiorização e divulgação do conhecimento aos mais pobres, possibilitando a incorporação desses, ao tão restrito rol das pessoas que tem um diploma de nível superior.

**RESUMO:** Esse projeto de pesquisa propõe a aplicação de um inventário participativo sobre as referências culturais da comunidade de Vila de Fátima (Pacoti-CE). A partir de um levantamento prévio, foi identificado como principais referências culturais da comunidade o reisado ou boi de reis, a quadrilha junina e a malhação do Judas, práticas pertencentes ao universo das culturas populares. Apesar da comunidade ter como referências de sua cultura certas práticas das culturas populares, a localidade de Fátima se encontra num momento de desmobilização e falta de engajamento em torno dessas referências culturais. Isso ocorre, de acordo com alguns moradores da comunidade, em decorrência da falta de investimento e apoio cultural por parte do poder municipal, migração dos mais jovens em busca de trabalho, dificuldade na transmissão de saberes populares entre gerações, dentre outros. Diante desse contexto, a pesquisa tem como intuito, por meio da aplicação de um Inventário de Referências Culturais, aliado a uma metodologia participativa, proporcionar uma troca de saberes, de memórias coletivas e vivências entre os moradores da comunidade, de forma a despertar processos de salvaguarda do patrimônio cultural local. Ao longo do processo de aplicação do inventário pensaremos juntos com os participantes do projeto formas para apresentar o produto final da pesquisa para a comunidade, contribuindo para a reapropriação do seu patrimônio cultural.

**Palavras-chaves:** Pacoti; Culturas populares; Patrimônio Cultural; Inventário Participativo.

**ABSTRACT:** This project proposes the construction of a Collaborative Inventory of the cultural references of the rural community of *Vila de Fátima* (Pacoti-CE). From a previous survey, the main cultural references of the community were identified as the “*reisado*” or “*boi de reis*”, the “*quadrilha*” and the “*Queima do Judas*”, practices belonging to the universe of traditional popular cultures. Although the community has these practices as references of its culture, they have been through a time of demobilization and lack of engagement around these cultural references. This occurs, according to some residents of the community, due to the lack of investment and cultural policies of the municipal power, the migration of the youngest in search for work, difficulty in transmitting popular knowledge between generations, among other motives. Given this context, the research aims, through the application of a Inventory for mapping the Cultural References of the community, combined with a collaborative methodology, to provide an exchange of knowledge, collective memories and experiences among the residents of the community, in order to awaken processes of safeguarding the local cultural heritage. Throughout the process of applying the inventory, we will think together with the participantes of the project ways to present the final product of the research to the community, contributing to the appropriation of their cultural heritage.

**Key-words:** Pacoti; Popular Culture; Cultural Heritage; Collaborative Inventory

## **Sumário**

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	3
2.1 Objetivos gerais	3
2.2 Objetivos específicos:	3
3. JUSTIFICATIVA	4
4. METODOLOGIA	5
5. ETAPAS DA PESQUISA	8
6. DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA E DISCUSSÃO TEÓRICA	9
6.1. Referências culturais de Vila de Fátima	9
6.2. Patrimônio Cultural e diversidade cultural	12
6.3. Inventário Participativo IPHAN	17
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

## 1. INTRODUÇÃO

O presente projeto propõe a aplicação de um inventário participativo, inspirado na metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no distrito de Vila de Fátima, zona rural de Pacoti-Ce. As famílias que residem na comunidade tiram seu sustento de quatro meios de renda principais: a agricultura familiar, plantios de bananeiras, pedreiras locais e trabalhos (formais ou informais) em cidades vizinhas. É também importante ressaltar que a comunidade tem um forte vínculo com o cristianismo, atestada pela presença de três igrejas, uma católica e duas evangélicas, de denominações Batista e Assembleiana. A igreja católica especificamente, ajudou de forma bastante incisiva na construção de ambientes propícios para o desenvolvimento da cultura popular local, cedendo espaços para realização de ensaios e festejos da quadrilha junina, malhação de Judas e Boi de Reis, como veremos.

Sobre as referências culturais de Vila de Fátima, apesar de serem lembradas de forma corrente nas conversas da comunidade, principalmente entre os mais velhos, existe um processo de desmobilização na realização dessas festividades. Desse modo, apesar das práticas não mais ocorrerem na comunidade, sua memória continua viva, se constituindo como referências culturais importantes para alguns dos moradores da localidade. Entretanto, a memória e centralidade dessas práticas enquanto referências culturais não é compartilhada com os mais jovens, principalmente por falta de iniciativas que consigam aproximar essas distintas gerações. Sobre os impactos dessa falta de contato intergeracional, Albuquerque (2012) argumenta que:

O patrimônio cultural assume um valor coletivo e constitui a riqueza e a herança de um povo. Esses bens - testemunhos da cultura – devem ser transmitidos às próximas gerações sob pena destas serem mais carentes pela ausência daquele legado que venha a lhes faltar. (ALBUQUERQUE, 2012, p.7).

Tendo em vista essa realidade, a presente proposta de pesquisa procura mapear e salvaguardar essas memórias das práticas das culturas populares na Vila de Fátima, por meio da aplicação de um Inventário Participativo. Cabe destacar que o foco aqui, mais do que no produto final, gerado pela aplicação do inventário, é no seu processo e nas potenciais consequências que se deseja gerar para a comunidade. Nesse sentido, o processo de aplicação do inventário procura envolver os mais jovens, viabilizando o contato inicial deles com a memória dos mais velhos e a cultura local, levando a desencadear sentimentos de pertencimento e ações de reapropriação do seu patrimônio.



A adoção do inventário participativo se deve ao fato de que ele privilegia a participação dos próprios moradores da comunidade e detentores das referências culturais, objeto do inventário, no processo de pesquisa. Segundo Filgueiras (2018) o objetivo maior do inventário participativo é proporcionar a interação de diferentes gerações a respeito de saberes, vivências e memórias coletivas de diferentes temas, abrangendo e difundindo a pluralidade de ideias.

Especificamente na pesquisa aqui proposta, voltada para a comunidade de Fátima, identificaremos jovens residentes da comunidade que tenham domínio da escrita para agirem como pesquisadores. A esses serão ministradas capacitações acerca do projeto e de temas como: memória coletiva, cultura popular, patrimônio cultural e inventário participativo. Após esse primeiro momento, esses jovens, sob a coordenação de um pesquisador, irão reunir as informações sobre as referências culturais da comunidade junto aos mais velhos. Nosso intuito é promover uma troca de experiências e memórias coletivas a respeito dessas práticas.

A aplicação do inventário consiste em preencher as fichas de descrição das referências culturais elaboradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, e adaptá-las para o contexto e realidade em questão. Durante o processo de aplicação do inventário, iremos propor coletivamente um produto final para publicizar a pesquisa em consonância com os anseios da comunidade.

## **2. OBJETIVOS**

### ***2.1 Objetivos gerais***

Contribuir para a salvaguarda das referências culturais da comunidade de Vila de Fátima, elaborando um inventário participativo com a comunidade;

### ***2.2 Objetivos específicos:***

- a) Elaborar um estudo sobre as referências culturais presentes e passadas da localidade de vila de Fátima (Pacoti-Ce);
- b) Salvar a memória das práticas das culturas populares da comunidade de Vila de Fátima;
- c) Organizar documentos, fotos, referências e oficinas com foco no patrimônio imaterial da Vila de Fátima.
- d) Apresentar o produto da pesquisa, pensado e realizado de forma colaborativa, para e com a comunidade.

### **3. JUSTIFICATIVA**

A principal motivação para essa pesquisa, está relacionada ao fato de ser ex-morador da comunidade e o desejo de fazer algo para mudar uma realidade da comunidade com relação ao abandono de seu patrimônio cultural. Na maior parte da minha infância, cresci vendo os festejos juninos, as quadrilhas com brincantes devidamente caracterizadas, e a tão aclamada e movimentada festa da queima do Judas, práticas essas que hoje as crianças e jovens não conhecem. Tendo em vista essa realidade, procuramos desenvolver uma pesquisa que promova a valorização, salvaguarda e a disseminação da memória sobre essas práticas culturais existentes no local e que marcaram a experiência de inúmeros moradores. Nossa principal motivação ao usarmos o inventário participativo se dá na tentativa de fazer com que os jovens se engajem e desfrutem de um universo não explorado que a cultura pode propiciar. Por isso, a troca de vivências possibilitará um tráfego intergeracional ao longo da pesquisa.

Nosso objetivo é então incentivar o conhecimento, a preservação e o respeito da cultura popular local. Contudo, é primordial que isso ocorra por meio da intensa participação de habitantes da comunidade na pesquisa. Com isso esperamos despertar um sentimento de pertencimento da comunidade e desencadear processos de lembrar e revisitar essas memórias muitas vezes não compartilhadas com os mais jovens.

Além disso, nossa proposta de trabalho busca promover uma educação e discussão em torno de assuntos importantes para uma compreensão do que se entende por patrimônio para os moradores, pois, como argumenta Albuquerque (2012), antes de uma pesquisa se propôs a estudar qualquer aspecto de uma população, é necessário explicar e justificar o porquê de se preservar determinado bem cultural. Por isso, os moradores do distrito de Fátima são participantes ativos aqui, tanto no processo de pesquisa, como na elaboração do produto final do inventário que será divulgado.

Por fim, nosso trabalho tem grande importância na realidade local por adotar uma abordagem cultural, patrimonial e antropológica, em dissonância com grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre a cidade, que focam na Área de Preservação Ambiental (APA) de Pacoti (GORAYEB et al, 2004; DE OLIVEIRA et al, 2017; BARBOSA, 2016).

#### **4. METODOLOGIA**

A pesquisa aqui proposta se delimitará à comunidade de Fátima (Pacoti-CE), no qual, foi selecionada a partir de levantamento prévios, feitos ao longo dos anos de 2018, 2019 e 2020 no distrito, onde se constatou um paradoxo: as referências culturais apontadas pelos moradores (a saber, o boi de reis, a malhação do judas e quadrilhas juninas) e a sua não realização há alguns anos. Desse modo, nos propomos, nesse período que antecede a escrita desse projeto, a ter conversas com atores sociais da comunidade para entender como e o porquê dessa desmobilização. A partir dessa pesquisa prévia é que foi proposto a aplicação de um inventário participativo na comunidade.

A pesquisa pode ser dividida em três partes: a) a aproximação inicial do pesquisador com a comunidade, por meio de conversas informais e formais com moradores da comunidade com o intuito de ter acesso a informações sobre o patrimônio local; b) a aplicação de um inventário participativo na comunidade de Vila de Fátima, com a ajuda de jovens da comunidade, propiciando um desencadeamento de processos acerca da cultura popular local; c) e a elaboração de um produto final, criado junto aos participantes da pesquisa, para ser divulgado na Vila de Fátima e no município de Pacoti (CE). Abaixo desenvolvemos com mais detalhes cada uma dessas etapas.

Na primeira etapa da pesquisa, que subsidiou a escrita deste projeto, foram as conversas informais com os moradores da localidade de modo a identificar as principais referências culturais da comunidade. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com ex-participantes e organizadores das práticas culturais apontadas como referências culturais pela comunidade. Os entrevistados obedeceram aos seguintes pré-requisitos: a) residir na comunidade de vila de Fátima, e b) terem algum vínculo presente ou passado com as manifestações populares da comunidade. Mediante a tais condições, a pesquisa nos levou a Francisnanda Moreira (membro da Quadrilha Junina), Maria Fernanda (membro da Quadrilha Junina e Boi de Reis) e Raimundo Noberto (filho do Membro precursor da "Malhação do Judas"). A partir dessas entrevistas e conversas informais com os moradores, foi apontado algumas das principais referências culturais da comunidade, destacando como estas estavam ligadas às práticas classificadas como cultura popular e o fato de suas não realizações no presente.

A partir disso, propomos a aplicação de um inventário participativo sobre as referências culturais da comunidade, que consiste em incluir a população da comunidade no processo de levantamento e catalogação de dados da pesquisa, se caracterizando também como uma prática educadora.

O inventário participativo que nos propomos a aplicar no distrito de Fátima, é uma ferramenta de pesquisa que privilegia o envolvimento da comunidade no processo de pesquisa, que a deixa livre para apontar o que entendem como referências culturais, como também lhe dá instrumentos para reunir informações sobre esses bens patrimoniais, sem a necessidade de uma tutoria de um técnico do IPHAN para uma supervisão do trabalho em questão (IPHAN,2016). Como argumenta Albuquerque (2012) acerca do envolvimento dos detentores do nosso patrimônio cultural nos processos de pesquisa:

É complexo definir o que constitui o interesse público de uma comunidade, no sentido de decidir o que preservar, o que destruir e o que transformar. Por esse motivo, é necessário, antes de mais nada, explicitar que valores justificam e legitimam a preservação de um bem cultural, pois a aplicação das leis de proteção e salvaguarda só será eficaz se contar com o apoio e, quando necessário, com a pressão da sociedade na defesa de sua aplicação. (ALBUQUERQUE, 2012, p.15).

Outra parte importante para a construção do inventário participativo, são as fichas de pesquisa de campo sobre os bens inventariados. De acordo com IPHAN (2016), podem ser divididas em: a) ficha do projeto, que tem a função de ser a mais abrangente do trabalho, sendo preenchida ao longo de toda a pesquisa, com o fito de organizar as informações coletadas; b) ficha do território, que deve conter informações acerca do local onde se dará a pesquisa, como aspectos de localização, geográficos, de historiografia, dentre outros; c) ficha de categorias, com descrições detalhadas, a respeito dos lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes; d) ficha das fontes pesquisadas, como as pessoas entrevistadas, documentos utilizados, que “podem ser livros, papéis antigos, imagens, fotografias, vídeos e relatos orais (IPHAN, 2016, p. 77)”;

e) ficha de relatório de imagens, que constará as imagens utilizadas no trabalho, devidamente referenciadas pela sua autoria; e, por fim, f) a ficha de entrevista que servirá para nortear os pesquisadores a promoverem ambientes agradáveis ao entrevistadas, como também para organização de assuntos importantes para o decorrer da entrevista para os pesquisadores.

Para a aplicação do inventário participativo, iremos mobilizar jovens do distrito de Fátima com domínio da escrita, de modo a auxiliar na catalogação de dados nessas diferentes fichas, como também promover o contato desses sujeitos com as práticas culturais consideradas referências culturais pela comunidade. Desse modo pretendemos desencadear processos de trocas de experiências e vivências intergeracionais.

Para tanto, estruturamos a aplicação do inventário participativo na comunidade, em algumas etapas. Em primeiro lugar, buscaremos reunir um grupo de jovens da

comunidade, convidando-os a participar de um diálogo expositivo acerca do presente projeto, explicando a importância do projeto e como as práticas culturais serão inventariadas. Nesse sentido, podemos perceber esta etapa como um processo de qualificação dos envolvidos no processo de aplicação do inventário. Essa formação será realizada por meio de reuniões semanais com o grupo selecionado e trataram de introduzir os participantes sobre como entrevistar e como funciona o inventário participativo. Além disso, debateremos temas e conceitos-chaves para o presente projeto, como: Cultura Popular, Patrimônio Cultural, memória coletiva, dentre outros. As capacitações serão ministradas no salão da igreja católica local.

Com esse trabalho de formação dos jovens participantes da pesquisa, começaremos com um processo de promoção da interação intergeracional e do contato com as referências culturais da comunidade, presentes e passadas. Isso se dará através de entrevistas individuais com moradores da comunidade, gravadas em áudio e vídeo, e oficinas ministradas por pessoas de referências sobre a memória, saberes e fazeres da comunidade.

Após o seu levantamento, os dados serão sistematizados nas fichas catalogadas que subsidiam a realização dos inventários, construindo um documento que reúne informações variadas sobre as diferentes referências culturais da comunidade. Nesse processo será idealizado um produto final para a divulgação da pesquisa para a comunidade. O meio através do qual será realizada a divulgação deverá ser escolhida junto aos participantes da mesma, podendo ser material escrito (um livro, artigo, dentre outros), audiovisual (curta documentário), exposição museológica, oficinas regulares entre os mais jovens e mais velhos etc.



## 6. DELIMITAÇÃO DO TEMA DE PESQUISA E DISCUSSÃO TEÓRICA

### 6.1. Referências culturais de Vila de Fátima

A comunidade Vila de Fátima, é parte do município de Pacoti (CE). Sua população atualmente é composta por aproximadamente quinhentas pessoas, que tiram o seu sustento da agricultura familiar (como podemos ver nos abundantes plantios de bananeiras e roçados) e de pedreiras em um sítio da comunidade. Outros, na maioria os mais jovens, migram para a cidade de Pacoti ou de Fortaleza. O comércio do distrito se resume a dois, as mercearias do Pedro Ferreira e do Cardoso.

O distrito de Fátima possui três igrejas, uma católica e duas evangélicas, a Igreja Batista Maanaim e a Assembleia de Deus Templo Central. A comunidade partilha também de um posto de saúde, uma quadra poliesportiva e uma creche escolar que se encontra hoje desativada por conta da precariedade das instalações.



Figura 1: Igreja Católica de Vila de Fátima. Foto: Francisca Lima

A religião predominante dentre os habitantes é a católica, e essa é fundamental na história das práticas festivas da comunidade. Isso porque era essa igreja quem cedia espaços para realização desses festejos, como a quadrilha, o reisado e a malhação do



Judas, que aconteciam no pátio da igreja. Segundo Raimundo Noberto, de 67 anos, residente da comunidade de Vila de Fátima e filho do hoje falecido Valdo Norberto, principal idealizador da confecção dos bonecos da festa da malhação do Judas na região, essas três celebrações, são ainda tidas por muitos habitantes como referências culturais do local.

De acordo com IPHAN (2000) a noção de referência cultural vem enfatizar e abranger a diversidade para além do patrimônio imóvel, físico, de pedra e cal (FONSECA,2017), dando lugar a assim, ao campo dos sentidos e sentimentos de certo grupo de pessoas para com suas práticas sociais. Para Augusto Arantes (2001) a noção de referências culturais está ligada aquelas práticas sociais que servem para formar a identidade de um grupo social. Além disso, o autor ressalta que a definição de referências culturais abarca uma vasta gama de bens culturais.

Voltando ao contexto de Vila de Fátima, o espaço do pátio da Igreja católica se tornava palco para ensaios e festas na comunidade, do mesmo modo nos ensaios para as festas juninas da quadrilha local e também a malhação do Judas.

A respeito da malhação do Judas, Mendes (2007) afirma que se pode caracterizá-la como um ritual católico punitivo, da representação do traidor Judas Iscariotes, onde esse é submetido a malhação por parte das pessoas. A autora também apresenta uma discussão sobre o imaginário popular que o vê como um traidor e ganancioso, sendo digno assim de morte e colocando em dilemas condutas e fraquezas da humanidade. A Malhação do Judas é realizada na “Semana Santa”, mais especificamente no “Sábado de Aleluia”. Segundo Mendes (2007, p.18), na “manhã do Sábado de Aleluia nos deparamos com os primeiros cortejos de malhadores de Judas”. A festa da comunidade também acontecia em cortejos, que se passavam na rua central da comunidade de Vila de Fátima, normalmente na manhã do chamado “Sábado de Aleluia” depois da missa matinal, e gerava uma intensa movimentação em virtude de curiosos e fiéis. O processo da malhação do Judas era feito em praça pública, onde todas as pessoas eram livres para fazerem o que lhes convém com a representação de Judas. O ritual se encerra ao final da tarde com a queima do boneco.

Segundo Raimundo Noberto, de 67 anos, morador da comunidade (seu pai, hoje falecido, fazia os bonecos que viriam a ser malhados) nos falou que a confecção do boneco de judas se dava a partir da reutilização de objetos da vida cotidiana, por isso “uma blusa, calças velhas e barbante” já garantiriam um boneco perfeito (NOBERTO, 2020). Já seu interior é preenchido com palhas de bananeiras secas para facilitar na hora

da queima. Sua montagem começa por preencher de palha seca a camiseta e logo após é colocada as calças e preenchidas do mesmo modo, após isso deve-se ter uma costura horizontal na região da cintura e pés. A cabeça por sua vez se apresenta como sendo um pano cortado e que seja preenchido, e depois costurado na região do pescoço. Para ele, o que importava realmente era a brincadeira, descontração e socialização com os amigos, além da dimensão religiosa expressa no ritual de linchamento do Judas.

Outra celebração da comunidade é a Festa de Reis, o popular Reisado. A atração mais esperada reunia pessoas de diferentes regiões e se encenava a morte e renascimento do boi, em meados de dezembro, próximo ao período do natal, e contava com os personagens como Mateu e Catirina representados por moradores da comunidade. Visto isso, o “reisado” atraía grande número de pessoas por ser realizada em uma data de feriado e por ter grande apoio da igreja católica em questão. Inegavelmente, o ponto alto da celebração na comunidade de Vila de Fátima e demais lugares se dava pela morte do boi, por ser um espetáculo de encenação que alia música, teatro e dança. Sobre isso Patrício (2006, p.60) afirma que “A Junção do personagem principal do enredo, o boi, com o período recorrente à realização anual da dramatização cantada, que tinha o encerramento e o ápice com a matança do boi no dia seis de janeiro”.

Ressaltamos também que a prática do reisado é a mais antiga da comunidade, datando meados do ano de 1978, e por ser tão antiga dificulta ao máximo encontrar pessoas que tenham participado, pelo fato da maioria se encontrarem falecidos, o que também dificulta a difusão do conhecimento entre as gerações.

Por fim, temos a quadrilha junina local de nome “Arraiá da felicidade”, que conseguia mobilizar os moradores, no quesito de organização, ensaios e apresentações para além da comunidade, é importante frisar que o grupo de brincantes eram em sua maioria jovens, que dançavam e se divertiam ao som do grupo de forró Canários do Reino. Entretanto, o grupo dependia do investimento da prefeitura da cidade para que tivessem transporte para ir se apresentar em outros locais e também confeccionar figurinos para as apresentações. Infelizmente a verba que era destinada foi cortada e assim o grupo foi aos poucos se deteriorando, até chegar a sua desmobilização. Suas festas geralmente aconteciam no mês de junho e julho, culminando assim em diversas apresentações locais e regionais. Um importante aspecto das quadrilhas de um modo geral, é que essas possibilitam um desenvolvimento do aspecto da imersão do indivíduo na coletividade de um grupo e de sua identidade em questão (NOBREGA, 2010, p- 17).

A quadrilha da comunidade era um movimento articulado em conjunto com a prefeitura municipal, através de um vereador eleito pela comunidade, e a Igreja Católica, que cedia os espaços da igreja para apresentação e ensaio. Sobre a organização da quadrilha, Maria Fernanda Moreira de Sousa, de 54 anos, moradora residente do distrito de Fátima, ex-membro das quadrilhas juninas da comunidade; compartilha que:

geralmente começava os ensaios em setembro e quando era mês de junho, a gente começava a fazer acontecer a quadrilha! E era muito bom! Muito animada! Enfim, tinha de tudo aqui nessa nossa igreja aqui no Icó, tinha radiadora, as festas eram muito animadas! Tinha um roda gigante, tinha barco, tudo vinha para cá! [...]

Eu lembro muito bem das quadrilhas, que a gente organizava, lembro também das festas que aconteciam, as festas de igreja, e geralmente acabou! Acabou! Hoje a gente vê assim por que só tem missa uma vez por mês agora aqui na nossa comunidade; sem falar que mais antigamente era tudo mais, mais bom! Mais animado! Tinha também os reisados, e também o bumba meu boi! (MOREIRA, 2020).

A fala da moradora é também representativa do fato de que apesar dessas celebrações citadas serem bastante lembradas pela comunidade, elas não ocorrem mais contemporaneamente. Uma das explicações para a não realização destes festejos é que os brincantes se sentem desassistidos e sem nenhuma ajuda, seja por parte da Igreja, seja por parte do poder público, ou ainda devido à conversão dos católicos em evangélicos nos últimos anos (MOREIRA, 2020). Como consequência temos, apenas a lembrança dos festejos por partes dos mais velhos e o desconhecimento dessas práticas culturais pelas novas gerações.

O abandono da realização dessas celebrações, referências culturais da comunidade, nos levou a propor a aplicação de um inventário participativo, de forma a engajar os mais jovens no processo de reconhecimento de seu patrimônio e sua consequente salvaguarda. Nos próximos tópicos iremos tratar de alguns temas pertinentes ao contexto esboçado aqui, tais como a noção de políticas patrimoniais no Brasil e a noção de inventário cultural.

## ***6.2. Patrimônio Cultural e diversidade cultural***

O patrimônio cultural foi um recurso empregado pelos Estados modernos para construir um sentimento de pertencimento nacional (GONÇALVES, 1996). No contexto brasileiro, as políticas do patrimônio tiveram seu início na década de 1930, durante o Estado Novo (1930-1945). Sobre as motivações e preocupações que levaram à criação de uma agência do patrimônio nacional, Gonçalves (1996) explica:

O problema principal era, assim, não simplesmente imitar a Europa, mas identificar e afirmar uma cultura brasileira autêntica, ainda que isto fosse feito através do vocabulário das vanguardas modernistas européias. Muitos propunham a valorização do “tradicional” e do “regional” na construção de uma imagem nacionalista singular do Brasil. Acreditavam que para identificar ou “redescobrir” o Brasil, o país teria que retornar a seus autênticos valores nacionais. (GONÇALVES, 1996, p. 41).

Logo, para que esse objetivo fosse alcançado, foi criado em 1937, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), inspirado num anteprojeto escrito por Mário de Andrade em 1936, com vista a proteger o patrimônio histórico e artístico do Brasil (GONÇALVES, 1996).

Tal órgão teve um papel fundamental na construção do patrimônio da nação Brasileira, principalmente durante a gestão de seu diretor mais longo, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rodrigo, apesar de sua importância inegável à frente da agência, tinha uma visão conservadora com relação ao que seria patrimônio e como deveria ser preservado, que acabou levando à criação de uma narrativa patrimonial brasileira que enfatizava o elemento arquitetônico português, as igrejas católicas e o século XVIII (RUBINO, 1996).

Na década de 1980 temos, entretanto, um novo nome na gestão do patrimônio brasileiro Aluísio Magalhães. Esse diretor, que assume no final dos anos 1970, e morre no cargo de forma abrupta no início dos anos 1980, adotava um entendimento de patrimônio mais diverso, antevendo a possibilidade de reconhecer bens de natureza imaterial:

Aluísio amplia a noção de “patrimônio cultural” de modo a incluir elementos que não se restrinjam à categoria de arte e arquitetura colonial brasileira [como ocorreu na gestão de Rodrigo]. Para ele, monumentos e obras de arte são considerados como um tipo especial de bens culturais - bens patrimoniais - que são primordialmente associados à “alta cultura” e ao passado histórico e artístico. Eles devem merecer, segundo Aluísio, tanta atenção quanto quaisquer bens culturais, mais não deveriam ser privilegiados numa política nacional de patrimônio cultural. [...] Esses bens culturais são valorizados não por uma suposta exemplaridade, mais como parte da vida cotidiana e como formas de expressão de diferentes segmentos da sociedade brasileira. As diferentes formas de cultura popular são vistas como a fonte mesma de uma “autêntica” identidade nacional. (GONÇALVES, 1996, p. 56).

Desde então, diversos estudiosos passaram a olhar para o patrimônio cultural, como sendo muito além do físico e imóvel, procurando expressar na narrativa patrimonial a diversidade cultural da nação brasileira. Esse movimento começa com Aluísio Magalhães e depois é retomado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Na carta o

Estado passa a ser responsável constitucionalmente pela preservação do patrimônio Brasileiro, agora entendido como um conceito mais amplo, constituído de bens de natureza tangível e intangível (ou material e imaterial) (BRASIL,1988). Sobre as formas do patrimônio o texto da carta diz:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL,1988, *italico meu*)

Apesar da noção de patrimônio imaterial estar presente desde a década de 1980 no texto constitucional, é apenas com o Decreto 3551 (BRASIL, 2000) que a noção é regulamentada e passa a ser aplicada no campo das políticas patrimoniais. O decreto ainda institui quatro livros para a catalogação desses bens: a) o Livro de Registros de Saberes, b) o Livro do Registro das celebrações, c) o Livro de Registros dos Lugares, do Livro de Registro de Lugares. A respeito do conceito de patrimônio imaterial, Nascimento (2011) nos diz que:

O patrimônio imaterial ou intangível pode ser compreendido como o conjunto de bens culturais simbólicos. Tais bens compõem a cultura tradicional, em relação à memória coletiva e ao estabelecimento de identidades culturais, seja ela de caráter nacional, regional, local ou até mesmo relativo a grupos étnicos. Neste sentido, as práticas, ações, manifestações e saberes culturais, constituem bens de caráter patrimonial, capazes de fornecer sentidos à vida prática e criar identidades culturais a partir de suas permanências e continuidades históricas. (NASCIMENTO, 2011, p. 02).

Na experiência da política do patrimônio imaterial, os bens que foram registrados constroem uma narrativa patrimonial brasileira mais diversa. A esse respeito Viana e Teixeira (2008) argumentam que a “formulação da ideia de patrimônio imaterial tem clara orientação relativista, no sentido de explicitar, valorizar e oficializar a pluralidade e a diversidade cultural brasileira” (VIANA; TEIXEIRA, 2008, p.4). Nesse sentido, grande parte dos bens registrados pela política pertencem ao universo da cultura popular, tradicional, indígena e afro-brasileira.

Sobre os conceitos de cultura popular e tradicional, para a Organização das Nações Unidas (1989), eles designam um conjunto de tradições de determinado local, praticado por indivíduos que expressam a cultura de uma comunidade. No Brasil, segundo José Jorge de Carvalho (2010),

As culturas populares podem ser concebidas, em termos gerais, como um conjunto heteróclito de formas culturais – música, dança, autos dramáticos, poesia, artesanato, ciência sobre a saúde, formas rituais, tradições de espiritualidade – que foram criadas, desenvolvidas e preservadas pelos milhares de comunidades do país em momentos históricos distintos. Elas se apresentam independentes umas das outras, ainda que em simultaneidade, todas com relativa autonomia em relação às instituições oficiais do Estado, embora estabelecendo com elas relações constantes de troca e delas recebendo algum apoio eventual ou intermitente. (CARVALHO, 2010, pág. 46)

Desse modo, a categoria cultura popular é abrangente e inclui as práticas dos povos tradicionais, indígenas e afro-brasileiros: “A cultura popular tradicional é entendida no Brasil como um conjunto de práticas culturais ligadas aos povos tradicionais, afro-brasileiros, indígenas e ao povo de modo geral” (SILVA, 2018, p.6).

Voltando ao tema da política do patrimônio imaterial, para o IPHAN (2010) o ele apresenta em sua essência um caráter dinâmico e a noção de imaterialidade pode ser enganosa, pois a existência de determinado bem é indissociável da presença humana e de condições materiais para existir:

Já no caso dos chamados bens culturais de natureza imaterial, cujo caráter é processual e dinâmico – tais como ritos e celebrações, formas de expressão musical, verbal e cênica, conhecimentos e técnicas, folguedos, etc., - sua manifestação à percepção de nossos sentidos é inseparável da ação humana, e sua continuidade depende da existência, e da atuação reiterada, no tempo e no espaço, de sujeitos desejosos e capazes de produzir e/ou reproduzir esses bens. (IPHAN,2010, p.17-18)

Além do mais, como demonstrado acima, o patrimônio imaterial surge para suprir a lacuna deixada pela política patrimonial, contemplando agora as referências culturais de diferentes grupos sociais, contemplando assim a diversidade cultural de nosso país:

A ênfase fundamental dessa nova política situa-se na diversidade cultural. E tem como seu foco não apenas os bens, mas também os processos, procurando identificar como, nos diferentes contextos culturais, é produzido, valorizado e preservado o que seria o patrimônio cultural de cada comunidade. Nesse sentido, as ações de identificação, documentação, referenciamento e valorização adquirem importância estratégica nas políticas de patrimônio cultural, e só podem ser conduzidas com a participação daqueles que criam, não só objetos e edificações, como também formas menos perenes e visíveis, mas não menos significativas, como referências identitárias, de manifestação cultural (GIOVANAZ, 2007, p.240).

Levando isso em conta é que surge o conceito análogo à ideia de preservação, no contexto do patrimônio material, o de *salvaguarda*. De acordo com a UNESCO (2003):

Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e

revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos. (UNESCO,2003, p.5)

Continuando com a discussão sobre salvaguarda, e como essa é importante para o patrimônio imaterial, mostraremos o exemplo da viola-de-cocho, que foi alvo de uma política de salvaguarda através de um Inventário Nacional de Referências Culturais-INRC. De acordo com Vianna (2005) o caso da viola-de-cocho foi uma espécie de projeto piloto do INRC. E logo no seu início notou-se uma necessidade de salvaguardar tal prática em virtude da “especificidade da viola-de-cocho como instrumento musical; os riscos de descaracterização; os riscos de desaparecimento; os riscos de desapropriação” (VIANNA,2005, p.55). Seu registro foi feito nos livros de modo de fazer e formas de expressão. De acordo com Vianna (2005), observou-se com o decorrer do estudo duas instâncias importantes para a salvaguarda do bem, a) uma necessidade de transmissão de saberes da musicalidade do instrumento, e b) a necessidade de também de transmissão da tradição artesanal de construção do instrumento para as novas gerações. Outro ponto foi a conciliação do patrimônio imaterial e ambiental. Isso porque a viola-de-cocho é produzida com madeira de lei e utiliza parte de animais silvestres. Desse modo, foi sugerido no plano de salvaguarda a adoção de novas matérias-primas para a construção do bem (madeiras com corte legal, ou manejo sustentável das espécies ameaçadas, materiais industriais para as cordas dos instrumentos etc.). Segundo Vianna (2005), essas modificações não descaracterizam o bem, mas, ao contrário, seria condição essencial para sua existência. Além disso, foi apontado a necessidade de ampla divulgação do bem, permitindo a circulação da viola-de-cocho e sua musicalidade em novos formatos:

Das pesquisas realizadas pelo CNFCP para o registro da viola-de-cocho como patrimônio nacional junto ao Iphan, resultaram, além do texto de instrução, a documentação no formato do Inventário Nacional de Referências Culturais; um CD-ROM com edição de textos, imagens de vídeo e fotos, músicas e depoimentos; uma cartilha de educação patrimonial, e um vídeo, todos com o objetivo de serem amplamente divulgados em território brasileiro. (VIANNA,2005, p.60)

Desse modo, a presente discussão sobre patrimônio cultural nos dá vazão para compreender o que está sendo considerado por patrimônio cultural em alguns momentos da nossa história, abordando o conceito de patrimônio imaterial, a diversidade que expressa, assim como os instrumentos para sua salvaguarda. Esse contexto é o que permite que possamos pensar as referências culturais da comunidade de Fátima enquanto patrimônio, assim como nos dá acesso a ferramentas para pesquisar, inventariar e valorizar esse patrimônio local. Vejamos agora com mais detalhes um dos instrumentos

da política do Patrimônio Imaterial, o Inventário Nacional de Referências Culturais e sua adaptação conhecida como Inventário Participativo.

### **6.3. *Inventário Participativo IPHAN***

O Inventário Nacional De Referências Culturais - INRC, de acordo com Arantes (2001) surge em um contexto de busca da ação governamental por um instrumento que consiga abarcar e salvaguardar referências do patrimônio imaterial da nação. A metodologia foi aplicada primeiramente na comemoração dos “500 anos do descobrimento do Brasil”, na região do sul da Bahia.

Esse importante instrumento de levantamento e pesquisa das referências culturais, de acordo com IPHAN (2000, p. 8), “é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais”. Freire (2005, p.16) afirma que o principal propósito dos inventários culturais é acumular o máximo de informações possíveis sobre determinados territórios e/ou práticas culturais, assinalando os sentidos que elas possuem para os grupos ou comunidades detentoras. De acordo com o IPHAN (2000), o papel do Inventário Participativo é:

1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e 2. Apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação (IPHAN, 2000, p. 8).

Como uma ramificação do Inventário Nacional de Referências Culturais-INRC, surge o Inventário participativo. Esse instrumento é criado de forma a incentivar uma colaboração entre pesquisadores e detentores dos bens patrimoniais, apostando numa metodologia de pesquisa participativa.

A metodologia foi desenvolvida inicialmente em 2012 como uma ferramenta para aproximar alunos do programa federal “mais educação” às suas referências culturais, dando assim autonomia para as escolas desenvolverem suas próprias ações a respeito do patrimônio cultural (IPHAN, 2016, p. 5). No que tange ao contexto de formação desse programa, Koslinskial e Guillen (2017, p. 147) abordam que a partir do ano de 2003 houve uma mudança no rumo das políticas públicas sobre patrimônio, com a nomeação de Gilberto Gil para o ministério da cultura. O ministério, nesse contexto, passou a investir em programas voltados a estudos patrimoniais na educação Brasileira, e formando uma



parceria entre Ministério da Educação, Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Tais iniciativas buscavam desenvolver no aluno a respeito de temas como identidade e cidadania.

Com o sucesso do programa a experiência foi transformada em metodologia, adaptando o INRC, criado originalmente no âmbito da política do patrimônio imaterial, de forma a tornar acessível aos detentores a prática de inventariar suas referências culturais. Com isso, os inventários participativos possibilitaram aos habitantes de comunidades e de coletividades que inventariassem seus bens culturais sem a necessidade da tutela de um técnico do órgão governamental regulador (IPHAN,2016): “Nessa perspectiva, [o inventário participativo] considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural” (IPHAN, 2016, p.5).

Além disso, com os resultados da aplicação do inventário pela comunidade podemos reunir informações importantes para subsidiar trabalhos e ações a serem desenvolvidas:

A metodologia é a mesma dos Inventários Nacionais – o método etnográfico - e segue as mesmas etapas já pontuadas anteriormente: o levantamento preliminar, a identificação e a documentação. No manual dos Inventários Participativos há uma série de pontuações do que se pode fazer com os resultados das pesquisas, como organizar exposições de fotografias e desenhos, produzir filmes, programas de rádio, histórias em quadrinhos, desenvolver acervos sobre o território pesquisado, fazer uma linha do tempo com vários momentos de determinada referências culturais, entre várias outras formas de divulgação (SILVA, 2020, p.5).

Segundo Filgueiras (2018), a aplicação do inventário participativo teria como consequência “fazer com que diferentes grupos e gerações se conheçam e compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e o reconhecimento da importância da pluralidade. (FILGUEIRAS, 2018, p.4).

O debate sobre o tema dos inventários participativos na literatura tem apontado que esse método consegue dar mais autonomia para a comunidade sobre o que consideram seu patrimônio cultural. Outro fator importante é que o inventário participativo proporciona o engajamento do público mais jovem da comunidade e possibilita uma aproximação desse público com seu patrimônio.

Com isso em vista, essa metodologia foi utilizada por Nito e Scifoni (2017, p.38) para despertar uma mobilização social no bairro do Minhocão, em São Paulo, frente ao processo de gentrificação e assepsia social na comunidade, gerada pela proposta de

construção de um parque no local. Assim o parque deveria ser criada a partir da destruição de moradias do bairro e deslocamento de seus moradores. Nesse contexto, o intuito do inventário era “colocar a experiência do patrimônio a serviço da defesa da permanência dos mais pobres no centro da cidade, ou seja, contra a gentrificação”, promovendo uma educação patrimonial que despertasse processos de mobilização e organização da população para lutar contra essa situação (NITO; SCIFONI, 2017, p.40-41)

Outro contexto que o inventário participativo foi aplicado foi no contexto da patrimonialização do maracatu nação de Pernambuco. Aqui a metodologia se faz possível em decorrência de uma problemática que atingia o maracatu nação em Pernambuco, o da espetacularização desse bem. O inventário tinha o objetivo de despertar uma noção de educação patrimonial, acerca especificadamente de conhecer as políticas patrimoniais, como também o patrimônio intangível, nos grupos de maracatuzeiros (KOSLINSKIAL, GUILLEN, 2017, p-141).

De acordo com Koslinskial e Guillen (2017, p. 149) a indústria de massa potencializou uma divulgação do chamado maracatu “estilizado”, atraindo assim o grande público e expandindo para até diversos países, como Alemanha, Espanha, França, dentre outros, muito por conta também do movimento Manguê Beat que ajudou na difusão da sonoridade do maracatu-nação “estilizado”, voltado mais para o ambiente da espetacularização. Nesse sentido, foi proposto um inventário sonoro dos maracatus-nação de Pernambuco, com o fito de preservar a diversidade cultural original desses, como pode ver no trecho a seguir:

Nas duas últimas décadas, conforme salientou Carvalho (2007) a presença dos grupos percussivos bem como a frequente realização de oficinas tem favorecido algumas nações em detrimento da maioria, na divulgação do que se denomina ‘toque’. Em outras palavras, os grupos percussivos em sua imensa maioria tocam apenas dois ‘toques’, os do Estrela Brilhante do Recife ou do Porto Rico. É inegável que esta disputa tem contribuído para uma perda de diversidade, de estilos musicais, entre os diferentes maracatus-nação. Foi com o objetivo de preservar a memória dessa diversidade musical que se propôs realizar o inventário sonoro dos maracatus-nação. (KOSLINSKIAL, GUILLEN, 2017, p 154).

É importante ressaltar que o inventário possibilitou um contato interessante entre estudantes participantes de diversos grupos de maracatu-nação diferentes, contribuindo para aspectos importantes da prática cultural, no geral, como também promovendo a aproximação entre os grupos, diminuindo assim a desconfiança e rivalidade entre eles (KOSLINSKIAL; GUILLEN, 2017, p 161).

Por fim, como produto final do inventário sonoro dos maracatus-nação foi produzido, em acordo com os grupos de maracatu-nação estudados, CDs individuais e coletivos. Essa ação também é importante do ponto de vista financeiro para os grupos de brincantes, por serem pessoas de baixa renda e sem subsídios financeiros para uma ação como essa. Além do CD, o inventário teve como desdobramento registros audiovisuais dos bens, e a criação de um blog, o que propiciou uma significativa difusão dessa diversidade da musicalidade do maracatu-nação.

Como vimos, o inventário participativo nasceu de uma adaptação do Inventário Nacional de Referências Culturais-INRC, onde privilegia o contato dos habitantes da comunidade com seu patrimônio cultural, sendo o principal foco a troca de experiências entre gerações distintas, promovendo o envolvimento dos moradores e detentores dos bens culturais no processo de pesquisa. Além disso, os exemplos citados acima demonstram que essa metodologia promove uma educação patrimonial e também a valorização do patrimônio cultural das comunidades por seus habitantes, além de mobilizar e ensinar jovens aspectos sobre cultura popular e patrimônio cultural.

\*\*\*

Ao longo desse projeto argumentamos como a comunidade de Vila de Fátima enfrenta um paradoxo, pois a mesma possui referências culturais importantes, que tomam a forma principalmente de celebrações e festividades, como vimos, essas mesmas referências não ocorrem mais na comunidade. Isso ocorre devido à união de diversos fatores como como falta de interesse dos mais jovens, falta de investimento do poder executivo, forte presença da igreja evangélica e condenação das celebrações católicas. Diante desse contexto, esse projeto propõe aplicar um inventário participativo na comunidade, em uma tentativa de integrar a comunidade no processo da pesquisa e envolver os mais jovens no mapeamento do seu patrimônio comunitário. Vemos esses objetivos como forma de desencadear processos de valorização, salvaguarda e mesmo reinvenção dessas referências culturais no contexto da comunidade.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. **Patrimônio Cultural: Uma Construção da Cidadania**; Caderno Temático 2, Educação Patrimonial: Reflexões e Práticas, João Pessoa/Paraíba, 2012. Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducPatrimonialReflexoesEPraticas\\_ct1\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf) Acesso em:10 de janeiro.2021.

ARANTES, Antônio A. 2001. **Patrimônio imaterial e referências culturais**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 1, n.147, 2001.

BARBOSA, Larissa Neris. **Caracterização geocológica do estuário do rio Pacoti-Ceará: ações para um planejamento integrado**. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 2, p. 971-980, 2016.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 3551**, de 4 de ago. de 2000, Brasília, DF, ago 2000.

CARVALHO, José Jorge de. **‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina**. *Revista Antropológicas*, Recife, ano 14, vol. 21 (1), 2010.

DE OLIVEIRA, Francisca Leiliane Sousa et al. **Classificação dos diferentes tipos de uso do solo nos sistemas ambientais do município de Pacoti, Ceará. Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, p. 5525-5533, 2017.

FILGUEIRAS, ANDREA ROCHA SANTOS. **O papel da história oral na produção de um inventário participativo**, 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **A construção do patrimônio: perspectiva histórica**. In: \_\_\_\_\_. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017. p. 51-80.

FREIRE, Beatriz Muniz. **O inventário e o registro do patrimônio imaterial: novos instrumentos de preservação**. **Cadernos do Lepaarq: Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio**, Pelotas: Ed. da UFPel, v. II, n. 3, p. 11-19, 2005.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. **Em Questão**, v. 13, n. 2, p. 235-242, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A identificação do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996. p. 37-61.

GORAYEB, Adryane; DA SILVA, Edson Vicente; DE ANDRADE MEIRELES, Antônio Jeovah. **Meio Ambiente e Condições de Sustentabilidade da Planície Flúvio Marinha do Rio Pacoti–Ceará–Brasil**. **Geoambiente on-line**, n. 2, p. 01-17 pág., 2004.

IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)]. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria

Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)]. **Educação Patrimonial: Inventários participativos:** manual de aplicação/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. - Brasília-DF, 2016.

IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)]. **Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois:** Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil, 2003-2010. Brasília: IPHAN, 2010.

KOSLINSKIAL, Anna Beatriz Zanine; GUILLEN, Cristina Martins. Patrimônio Cultural e Ações Educativas o inventário do Maracatu-Nação. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 21, nº 28(2), p. 141-174, 2017.

MENDES, Andreia Regina Moura. **Malhação do Judas: rito e identidade.** Dissertação de mestrado UFRN, Natal, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/mendes-andreia-a-malhacao-do-judas-rito-e-identidade.pdf>>. Acesso em: 10/01/2021.

NASCIMENTO, EVANDRO CARDOSO. **História, Patrimônio e Educação Escolar:** diálogos e perspectivas. 2011.

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. **O patrimônio contra a gentrificação:** a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc**, n. 05, p. 38-49, 2017.

ONU. **Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.** Paris, 1989.

RUBINO, Silvana. **O mapa do Brasil Passado.** In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 97-105, 1996.

SILVA, Bruno Goulart Machado. **Trânsitos das culturas populares:** política pública, produção, difusão e salvaguarda nos Encontros de Culturas Tradicionais. 2018. 368 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Emanuely Mylena Velozo. **A Importância do Inventário Participativo na Preservação do Patrimônio Cultural.** **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 5, n. 8, p. 201, 2020.

UNESCO. **Convenção Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris, 2003.

VIANNA, Letícia. **O caso do registro da viola-de-Cocho como patrimônio imaterial.** **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.8, n.2, jul./dez., 2005.

VIANNA, Letícia; TEXEIRA, João Gabriel. **Patrimônio imaterial, performance e identidade.** IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 28 a 30 de maio de 2008.

ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. **Patrimônio Cultural: Uma Construção da Cidadania**; Caderno Temático 2, Educação Patrimonial: Reflexões e Práticas, João Pessoa/Paraíba, 2012. Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducPatrimonialReflexoesEPraticas\\_ct1\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf) Acesso em: 10 de janeiro. 2021.

ARANTES, Antônio A. 2001. **Patrimônio imaterial e referências culturais**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 1, n.147, 2001.

BARBOSA, Larissa Neris. **Caracterização geocológica do estuário do rio Pacoti-Ceará: ações para um planejamento integrado**. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 2, p. 971-980, 2016.

BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 3551**, de 4 de ago. de 2000, Brasília, DF, ago 2000.

CARVALHO, José Jorge de. **‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina**. *Revista Antropológicas*, Recife, ano 14, vol. 21 (1), 2010.

DE OLIVEIRA, Francisca Leiliane Sousa et al. **Classificação dos diferentes tipos de uso do solo nos sistemas ambientais do município de Pacoti, Ceará. Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**, v. 1, p. 5525-5533, 2017.

FILGUEIRAS, ANDREA ROCHA SANTOS. **O papel da história oral na produção de um inventário participativo**, 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **A construção do patrimônio: perspectiva histórica**. In: \_\_\_\_\_. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017. p. 51-80.

FREIRE, Beatriz Muniz. **O inventário e o registro do patrimônio imaterial: novos instrumentos de preservação**. **Cadernos do Lepaarq: Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio**, Pelotas: Ed. da UFPel, v. II, n. 3, p. 11-19, 2005.

GIOVANAZ, Marlise. Pedras e emoções: os percursos do patrimônio. **Em Questão**, v. 13, n. 2, p. 235-242, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A identificação do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996. p. 37-61.

GORAYEB, Adryane; DA SILVA, Edson Vicente; DE ANDRADE MEIRELES, Antônio Jeovah. **Meio Ambiente e Condições de Sustentabilidade da Planície Flúvio Marinha do Rio Pacoti–Ceará–Brasil**. **Geoambiente on-line**, n. 2, p. 01-17 pág., 2004.

IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)]. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)]. **Educação Patrimonial: Inventários participativos**: manual de aplicação/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. - Brasília-DF, 2016.

IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)]. **Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois**: Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil, 2003-2010. Brasília: IPHAN, 2010.

KOSLINSKIAL, Anna Beatriz Zanine; GUILLEN, Cristina Martins. Patrimônio Cultural e Ações Educativas o inventário do Maracatu-Nação. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 21, nº 28(2), p. 141-174, 2017.

MENDES, Andreia Regina Moura. **Malhação do Judas: rito e identidade**. Dissertação de mestrado UFRN, Natal, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/mendes-andreia-a-malhacao-do-judas-rito-e-identidade.pdf>>. Acesso em: 10/01/2021.

NASCIMENTO, EVANDRO CARDOSO. **História, Patrimônio e Educação Escolar**: diálogos e perspectivas. 2011.

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. **O patrimônio contra a gentrificação**: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc**, n. 05, p. 38-49, 2017.

NÓBREGA, Zulmira. **A festa do maior São João do mundo**: dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande. 2010.

ONU. **Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular**. Paris, 1989.

PATRÍCIO, Danilo Almeida. **Sertão-de-dentro (e) dos cantos**: veredas entre palcos e memórias no Folgado Boi de Reisado–Quixeramobim–Ceará (1940-2005). 2006.

RUBINO, Silvana. **O mapa do Brasil Passado**. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 97-105, 1996.

SILVA, Bruno Goulart Machado. **Trânsitos das culturas populares**: política pública, produção, difusão e salvaguarda nos Encontros de Culturas Tradicionais. 2018. 368 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Emanuely Mylena Velozo. **A Importância do Inventário Participativo na Preservação do Patrimônio Cultural**. **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 5, n. 8, p. 201, 2020.

UNESCO. **Convenção Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003.

VIANNA, Letícia. **O caso do registro da viola-de-Cocho como patrimônio imaterial**. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.8, n.2, jul./dez., 2005.

VIANNA, Letícia; TEXEIRA, João Gabriel. **Patrimônio imaterial, performance e identidade**. IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 28 a 30 de maio de 2008.